

-----**ATA N.º 9/2014**-----

-----Aos 02 dias do mês de abril de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara, não pode comparecer à presente reunião, por motivos de representação do Município.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/3/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 8, da reunião ordinária do Executivo de 19/3/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento das candidaturas do Município ao Mais Centro. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou alguns esclarecimentos no que diz respeito ao evento Celorico Fashion. Referindo-se à organização, que é da responsabilidade do Senhor José Pacheco, com o apoio da Câmara Municipal e algumas Juntas de Freguesia, de acordo com o que consta no *flyer*, pretendeu saber se este evento está devidamente licenciado e em que qualidade o mesmo foi deferido. Requereu cópia do processo de licenciamento. -----

-----De seguida, disse que aquando da realização do Baile de Finalistas, houve uma cedência do espaço do Mercado Municipal, deliberado em reunião de executivo. Relativamente ao evento Celorico Fashion, nada foi deliberado nesse sentido, pretendendo saber se existe alguma exceção no Regulamento do Mercado Municipal, para estas situações.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por esclarecer que este evento é da organização do Senhor José Pacheco, com apoio da Câmara Municipal e União de Freguesias de Celorico da Beira, tendo o

mesmo, apresentado requerimento a solicitar a cedência do espaço Mercado Municipal e respetivo apoio, no entanto, e por impossibilidade de ser submetido a esta reunião, será presente à próxima para ratificação. Certamente o Senhor Vereador Victor Santos irá abster-se ou votar contra, tal como fez noutras situações semelhantes. Até porque, desempenha bem o seu papel de Vereador da Oposição relativamente a este caso, e a casos semelhantes, para dinamizar um Concelho. Pena é que não apresente projetos credíveis para impulsionar o Concelho. Na sua opinião, estas questões poderiam ser colocadas ao executivo, dirigindo-se o Senhor Vereador à autarquia, não sendo necessário que o faça em reunião de Câmara, podendo consultar ou pedir explicações relativamente aos processos, mais concretamente aos próprios serviços. -----

-----Referindo-se ao desfile, considera o mesmo uma boa iniciativa, permitindo desta forma, que os jovens do concelho participem num evento diferente. Este evento terá aproximadamente cerca de 70 participantes, abrangendo várias faixas etárias. No que concerne ao apoio da Câmara Municipal, deu conhecimento de que o mesmo é apenas em termos de logística. -----

-----Da intervenção do Senhor Vereador Victor Santos, que já nos habituou nos últimos 4 anos “a mais do mesmo”, infelizmente não há muito a dizer. Quem ganha governa e este Executivo tem legitimidade para decidir porque foi eleito democraticamente, ainda que a oposição não se tenha apercebido. Realçou o facto de que tudo deve ser feito com base na legalidade, no desenvolvimento do Concelho e bem-estar dos munícipes. ---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requereu certidão das suas declarações, bem como, das declarações proferidas pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

-----Referindo-se novamente ao evento Celorico Fashion, segundo consta, o mesmo tem como objetivo a angariação de fundos para a Comunidade Escolar de Celorico da Beira, ou seja, vai existir receita. Na

sua opinião, este tipo de iniciativas deverão estar devidamente licenciadas e uma das atribuições da Câmara Municipal, é assegurar a legalidade dos atos. Disse que aquando da Feira do Queijo, a entidade organizadora do evento Celorico Fashion, assegurou o som e animação. Requereu, caso exista, contrato de prestação de serviços, com esta entidade, para a Feira do Queijo. Caso não exista, pretendeu saber em que moldes, foram contratualizados estes serviços, com o Senhor José Pacheco. Caso contrário, considera que não existe equidade no tratamento dos munícipes.

-----Mencionou o facto de constar na ata que acabaram de aprovar, que havia sido exigido, a um comerciante que tem a sua atividade devidamente licenciada, o pagamento do aluguer do espaço do Mercado Municipal. Questionou se para este evento também se aplica o mesmo critério.-----

-----Pretendeu ainda saber, se já estão definidas as instituições que vão beneficiar da receita do evento.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o Senhor Vereador Victor Santos é o paladino da Justiça deste Concelho. Relembrou que o Senhor Vereador há uns tempos atrás fez uma queixa para o SEPNA, porque tinha uma fossa que estava a transbordar perto da sua habitação (uma situação pontual), e nesta sequência a autarquia foi alvo de uma coima elevada.-----

-----Relativamente ao contrato de prestação de serviços referenciado pelo Senhor Vereador, esclareceu que é da competência do Senhor Presidente da Câmara autorizar a realização de despesas até ao limite estipulado por lei, caso contrário, terá de ser através de contratação pública. -----

-----Deu conhecimento de que não será cobrada qualquer entrada neste evento. Cada pessoa contribui com o que quiser, posteriormente, essa receita será entregue a alunos carenciados, que poderá consistir na aquisição de material escolar. -----

-----Na sua opinião, o Senhor Vereador Victor Santos coloca questões à margem do evento, ou seja, fala do evento Celorico Fashion, fala da Feira do Queijo, porque simplesmente é a sua maneira de atuar; está no seu direito. No entanto, não apresenta projetos ou ideias para o Concelho, bem pelo contrário, quanto pior melhor. E aqui sim, o papel de um Vereador da Oposição deve ser de intervenção construtiva e não destrutiva.-----

-----No que concerne à cedência do Mercado Municipal, esclareceu que não foi exigido ao Senhor Artur Martins, o pagamento de qualquer caução, ou seja, o mesmo voluntariou-se para pagar, aliás como referido na última reunião de Câmara. Disse que os Vereadores da Oposição foram contactados antes da tomada de qualquer decisão, tendo os mesmos concordado com a cedência do Mercado ao Senhor Artur Martins. Aqui se vê que este Executivo tem respeito pelos Senhores Vereadores da Oposição, não tendo sido decidido nada sem que os mesmos tenham sido auscultados.-----

-----Questionou ainda o Senhor Vereador, se está a par dos eventos que, o partido pelo qual foi eleito, tem realizado nas diversas freguesias, e se está, então o Senhor Vereador, aqui sim, e ao contrário das suas acusações, a ter uma dualidade de critérios, quiçá partidária.-----

-----Chamou atenção do Senhor Vereador para as acusações que fez relativamente à Feira do Queijo. No entanto, disse que está a ser elaborado um dossiê relativamente a este evento e do qual irá dar conhecimento ao Executivo. -----

-----De seguida, requereu certidão das intervenções do Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que gostaria de fazer algumas correções ao que foi dito. Relativamente à queixa ao SEPNA, esclareceu que a mesma ocorreu, na sequência de vários pedidos para a limpeza da fossa e também perante a inoperância da Câmara Municipal. Depois dos agentes do SEPNA terem intervindo, a mesma foi tratada. -----

-----De seguida, o Senhor Vereador ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, requereu o processo integral do licenciamento da atividade prevista para o Mercado Municipal no dia 6 de abril, bem como, cópia do contrato de prestação de serviços, ou do ajuste direto dos serviços prestados, nomeadamente, o som. -----

-----Requereu certidão das suas declarações, bem como, das declarações do Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** começou por dizer que quem ganha governa, mas a oposição também tem uma palavra a dizer e o Senhor Vereador Victor Santos apenas questionou uma situação e, na sua opinião, o Senhor Vice-Presidente da Câmara interpretou mal.-----

-----Quanto à cedência do espaço para o evento Celorico Fashion, disse que segundo informação do Senhor Vice-Presidente da Câmara, existe um pedido que será presente à próxima reunião de Câmara para ratificação. Referiu que este evento foi divulgado há bastante tempo e já foram realizadas diversas reuniões, sendo certo, que o requerimento para cedência do espaço não foi presente a nenhuma delas. Relativamente ao objetivo do desfile, ou seja, angariação de fundos para a comunidade escolar de Celorico da Beira, disse que enquanto Diretor do Agrupamento não teve conhecimento desta situação. No entanto, considera que a realização deste evento é uma boa iniciativa, ressalvando apenas o facto, de que o mesmo deveria ter sido pensado de uma forma mais organizada. -

-----Relativamente à cedência do Mercado Municipal ao Senhor Artur Martins, esclareceu que primeiramente votou a favor, só depois se absteve, aquando do contrato de cedência, por considerar que a decisão já estava tomada. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** esclareceu que a sua abstenção não foi relativa à cedência do espaço, até porque, já havia votado favoravelmente, mas sim, absteve-se na votação de um contrato de

cedência elaborado posteriormente e à revelia da anterior decisão do executivo. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** começou por dizer que a oposição tem todo o direito de questionar, não tem é o direito de levantar suspeitas sem qualquer fundamento. Lamenta que não tragam para estas reuniões os panfletos que circulam pela Vila, uma vez que é em local próprio que se devem questionar os assuntos que realmente os preocupa, bem como, em sede de Assembleia Municipal. Acrescentou ainda, que certamente que o Executivo terá uma resposta para as dúvidas da oposição. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse rever-se nas palavras da Senhora Vereadora Maria do Céu Louro. A oposição tem todo o direito de questionar, no entanto, considera grave, que sejam levantadas suspeitas, antes de se analisarem os factos. -----

-----Mais uma vez, disse para o Senhor Vereador apresentar projetos credíveis para o concelho de Celorico da Beira. Disse ainda, que é necessário haver algum cuidado quando se levantam suspeitas, porque depois, as mesmas têm de ser provadas em lugar próprio. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** dirigindo-se à Senhora Vereadora Maria do Céu Louro disse que havia solicitado documentos para apurar o que realmente se passa, ou seja, o licenciamento desta atividade por um particular. Questionou apenas, se este evento cumpre os requisitos legais que lhe são inerentes. Disse que umas das atribuições do órgão é o cumprimento da legalidade, seja na oposição, seja no executivo. Será ilegal se o Senhor José Pacheco não estiver devidamente licenciado, para a realização deste evento, e aí o executivo está a agir diretamente na ilegalidade. Enquanto Vereador da Oposição, solicitou documentos que

comprovem toda esta situação. Referiu não estar a levantar nenhuma suspeita, mas sim, questionar, para apurar factos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: COMUNICADO DA ANMP SOBRE O DECRETO-LEI N.º 45/2014, DE 20 DE MARÇO, RELATIVO AO SISTEMA DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS E AUTONOMIZAÇÃO DESTE SECTOR NO SEIO DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2694, de 21/3/2014, sobre o assunto em epígrafe. -----

-----**2. ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO SOBRE O NOVO MAPA JUDICIÁRIO**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2624, de 19/3/2014, sobre a temática em epígrafe. -----

-----**3. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: PROJETO-LEI DO PCP "REDUZ PARA 35 HORAS O LIMITE MÁXIMO DO HORÁRIO SEMANAL DE TRABALHO PARA TODOS OS TRABALHADORES" E INTERVENÇÕES DE FRANCISCO LOPES, JOÃO OLIVEIRA E JORGE MACHADO NA INTERPELAÇÃO AO GOVERNO**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2458, de 14/3/2014, sobre o assunto em epígrafe. -----

-----**3.1 ASSUNTO: PERGUNTAS AO GOVERNO RELATIVAS ÀS ESCOLAS INTERVENCIONADAS PELA PARQUE ESCOLAR E.P.E. E**

AS ESCOLAS QUE SERÃO INTERVENCIONADAS PARA A REMOÇÃO DO AMIANTO NO ANO LETIVO DE 2013/2014-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2436, de 13/3/2014, sobre o assunto em epígrafe. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o PCP já solicitou ao Ministério da Educação e da Ciência, a listagem integral das escolas que serão intervencionadas no âmbito do Programa da Parque Escolar no ano letivo 2013/2014 e a listagem integral das escolas que serão intervencionadas para remoção do amianto no ano letivo 2013/2014, no entanto, o Governo recusa a entrega destes dados. -----

-----**3.2 ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE JULGADOS DE PAZ**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2437, de 13/3/2014, sobre o assunto em epígrafe. -----

-----**3.3 ASSUNTO: TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - INCUMPRIMENTO DO DECRETO-LEI N.º 178/2006, DE 5 DE SETEMBRO**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2435, de 13/3/2014, sobre a temática em epígrafe. -----

-----**4. MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA**-----

-----**ASSUNTO: PERSU 2020 E REGULAMENTO TARIFÁRIO**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2391, de 11/3/2014, sobre os assuntos em epígrafe. -----

-----**5. STAL**-----

-----**ASSUNTO: CAMPANHA EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RESÍDUOS - RESOLUÇÃO ENTREGUE NO MINISTÉRIO DO AMBIENTE**-----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício com registo de entrada n.º 2836, de 26/3/2014, sobre o assunto em epígrafe. -----

-----**6. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PORTARIA 53/2014, DE 3 DE MARÇO DE 2014 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE UM CORRETOR DE SEGUROS**-----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 743, de 17/3/2014, da Secção de Recursos Humanos, dando conhecimento de que nos termos da Portaria n.º 53/2014, conjugada com o artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, com o Decreto-Lei n.º 209/2009 e com a Lei n.º 12-A/2008, a decisão de renovação do contrato supramencionado tem de ser sujeita a parecer prévio vinculativo do órgão executivo, tendo em conta as condições constantes do n.º 4 e 11, do art.º 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, conjugado com o art.º 3.º, da Portaria n.º 53/2014. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que ao abrigo da legislação e também por imposição da IGF, a autarquia deverá ter um corretor e não um mediador de seguros. A nível de custos, este contrato fica a custo zero para a Câmara Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** depois de analisar toda a documentação que lhe foi enviada, pretendeu saber se é a empresa, ou o Município, quem vai escolher a seguradora que mais lhe convém. -----

-----Esteve presente nesta reunião, a técnica Dr.ª Joana Félix, para prestar os esclarecimentos solicitados relativamente a este assunto. Sobre a questão colocada pelo Senhor Vereador Manuel Portugal esclareceu que

a *Corbroker* faz uma consulta e posteriormente envia à Câmara Municipal as propostas das seguradoras, que decide qual a proposta mais vantajosa.-

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou a técnica, se o Executivo Municipal de Celorico da Beira é por força da Lei, obrigado a concorrer aos serviços de corretoria ou não. Em resposta, a técnica disse que sim e que era a opção mais adequada uma vez que, tinha sido feito uma consulta aos mediadores locais e a opção por esta corretora permitiria uma poupança de 5000€.

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que existe um aconselhamento por parte da IGF para esta obrigatoriedade. Caso contrário, a autarquia contratualizaria os mesmos nos mediadores de Celorico da Beira.

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Portugal, emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato dos serviços especializados de um Corretor de Seguros, nos termos constantes da informação técnica.**

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**:

-----“Voto contra, porque após a explicação da funcionária do Município, Dr.ª Joana Félix, não ficou claro a obrigatoriedade da Câmara Municipal ter de recorrer aos serviços da *Corbroker*, corretor de seguros. E, sendo obrigatório, penso que foi de mau tom, um sinal errado que esta Câmara deu, ao fazer uma consulta aos agentes de Celorico da Beira, consulta com a qual discordo, uma vez que esta Câmara Municipal sabia da obrigatoriedade de recorrer a esta corretora ao abrigo do reequilíbrio financeiro.”

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que foram os próprios agentes de Celorico da Beira, que solicitaram que a autarquia fizesse uma consulta e todos eles foram informados da situação de corretores e não de mediadores. Ninguém anda a enganar ninguém. -----

-----**6.1 ASSUNTO: PROTOCOLO COM A CÂMARA MUNICIPAL DA MÊDA**-----

-----Foi presente informação interna com registo n.º 845, de 26/3/2014, da Secção de Recursos Humanos, remetendo a Minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Mêda e o Município de Celorico da Beira, que visa formalizar a extensão do uso do Centro Municipal de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Mêda – CMROACM, ao Município de Celorico da Beira, bem como, determinar as regras da sua utilização e respetivas condições gerais, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que posteriormente será entregue aos Senhores Vereadores a tabela de taxas, relativamente ao Protocolo em apreço. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** congratulou-se com a realização deste Protocolo, uma vez que é uma forma de resolver uma lacuna que existe neste Município. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Mêda e o Município de Celorico da Beira.**-----

-----**7. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: REVISÃO DO PDM - ESTUDOS DE BASE, NÍVEIS DE EXECUÇÃO E RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS**-----

-----Sobre o assunto em título, foi presente informação técnica, com registo interno n.º 804, datada de 21/3/2014, da Secção de Obras Municipais, dando conhecimento de que na sequência das retificações solicitadas pelo executivo, aquando da receção inicial dos documentos relativos à revisão do PDM, foram agora apresentados pela PROENGEL, Projetos de Engenharia e Arquitetura: -----

-----Estudos de Base – retificados;-----

-----Níveis de Execução do PDM; -----

-----Relatório de Fatores Críticos – reenvio do processo já entregue em 2010. -----

-----Os documentos agora apresentados devem ser validados pelo Executivo, em reunião de Câmara. Depois da validação formal dos documentos, deve a Câmara solicitar à CCDRC a realização da 2.ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM. -

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que sendo esta uma fase de consulta, gostaria de saber quais as fases seguintes para conclusão do processo de revisão do PDM. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que foi realizada uma primeira reunião com a Proengel, com o objetivo de começar a trabalhar o documento. Neste momento, e após as retificações solicitadas, a Proengel vem apresentar os estudos de base retificados, níveis de execução do PDM e relatório de fatores críticos, para serem validados pelo Executivo. Numa fase posterior, será promovida uma segunda reunião plenária da comissão de acompanhamento da revisão do PDM, com autorização da CCDRC. Numa outra fase virá a reunião de Câmara e será submetido a discussão pública. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** pretendeu saber se esta empresa foi escolhida por consulta pública, ao que o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que sim. Disse ainda, que a revisão do PDM é muito importante para o Município e o facto de não estar aprovada, acarreta custos para o mesmo. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, aprovar os documentos descritos na presente informação, no que diz respeito à revisão do PDM. -----

-----**8. TRANSPORTES ESCOLARES - PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2014/2015**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril de cada ano, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano de Transportes Escolares, para o ano letivo 2014/2015. -----

-----**9. VEREADORA MARIA DO CÉU NEVES MARTINS LOURO** -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE REGIME** -----

-----Foi presente requerimento da Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro, com registo n.º 35, datado de 28/3/2014, referindo que exerce funções de Vereadora nesta edilidade, em regime de tempo inteiro com exclusividade. Mais informa que requereu, como já solicitado oportunamente, que o desempenho da função autárquica passe a ser exercido em regime de tempo inteiro sem exclusividade. -----

-----Requereu ainda, por ter sido solicitado parecer à ANMP, sobre a atribuição de Pelouros, que se suspenda a delegação e subdelegação de competências atribuída.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou esclarecimentos quanto ao segundo parágrafo do requerimento apresentado. -----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** esclareceu que no âmbito da atribuição de Pelouros, lhe foram atribuídos os seguintes: Informática, Veterinário Municipal, Apoio Jurídico e Contencioso e Secretaria, bem como, delegação e subdelegação de competências que lhe são inerentes. No requerimento apresentado, informa que ficará a exercer funções nesta edilidade, de Vereadora em regime de tempo inteiro sem exclusividade e sem delegação e subdelegação de competências no âmbito desses Pelouros.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**10. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA**-----

-----**ASSUNTO: RETIFICAÇÃO AO PROTOCOLO ESTABELECIDO COM A COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, Saúde e Família, com registo n.º 865, datada de 28/3/2014, dando conhecimento de que a 11 de setembro de 2013, foram aprovados em reunião de Câmara Protocolos com as IPSS do Concelho, para garantir o fornecimento de refeições e transporte.-----

-----Assim, foi estabelecido um Protocolo com a Comissão de Melhoramentos de Carrapichana, dos alunos inscritos à data, tendo sido cabimentado o valor de 993,66€. Porém, face à alteração do número de alunos a frequentar atualmente o jardim-de-infância da Carrapichana, bem como, a atualização de informação dos respetivos escalões, é necessário

proceder à retificação do Protocolo estabelecido, no que diz respeito às cláusulas III (Modelo de Financiamento) e VII (Montante de Cabimentação), documento cuja cópia se anexa, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, retificar o Protocolo estabelecido com a Comissão de Melhoramentos da Carrapichana, no que diz respeito às cláusulas III (Modelo de Financiamento) e VII (Montante de Cabimentação).** -----

-----Por fim, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** felicitou a Comissão de Finalistas, bem como, o Agrupamento de Escolas, pela organização e beleza do evento realizado, aquando do Baile de Finalistas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:35h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----